

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Dezembro/2016 (Dados de Outubro/2016)



Desempenho Fiscal

Em outubro, a União registrou superávit primário de R\$ 39,0 bilhões, o maior da série histórica divulgada pelo Bacen. No entanto, o resultado considera a arrecadação atípica de R\$ 45,1 bilhões advindos da repatriação de recursos. No ano, a União acumula um déficit de R\$ 56 bilhões, devendo chegar a R\$ 166,7 bilhões até dezembro, segundo o Poder Executivo, o que evidencia o desequilíbrio fiscal das contas públicas.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO ORIGINAL	LDO ATUAL	
	EM OUTUBRO	ATÉ OUTUBRO	META DO ANO	META DO ANO	A REALIZAR
Setor Público Consolidado	39,6	-45,9	30,6	-163,9	-118,0
União	39,0	-56,0	24,0	-170,5	-114,5
Governo Central	39,1	-55,3	24,0	-170,5	-115,2
Empresas Estatais	-0,1	-0,7	0	0	0,7
Estados e Municípios	0,5	10,1	6,6	6,6	-3,5

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

Em outubro, a União registrou superávit primário de R\$ 39,0 bilhões, o maior da série histórica divulgada pelo Banco Central, iniciada em 2002. Esse resultado, no entanto, leva em consideração a arrecadação atípica proveniente do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (Lei 13.254/2016), que trata repatriação de recursos não declarados ou declarados com omissão ou incorreção, remetidos ou mantidos no exterior.

No acumulado do ano até outubro, o resultado primário da União foi deficitário em R\$ 45,9 bilhões, maior déficit da série histórica do Banco Central. A projeção do Poder Executivo é de que, apenas no último bimestre, haja um déficit de R\$ 110,9 bilhões, fazendo com que o déficit no ano alcance R\$ 166,7 bilhões, muito próximo da meta vigente (déficit de R\$ 170,5 bilhões). Vale lembrar que a LDO previa originalmente um superávit de R\$ 24,0 bilhões em 2016.

A projeção do mercado teve ligeira melhora em relação ao mês anterior e aponta para um déficit um pouco inferior ao previsto pelo Executivo. Segundo o relatório Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda de novembro, a mediana das expectativas de mercado indica déficit primário do go-

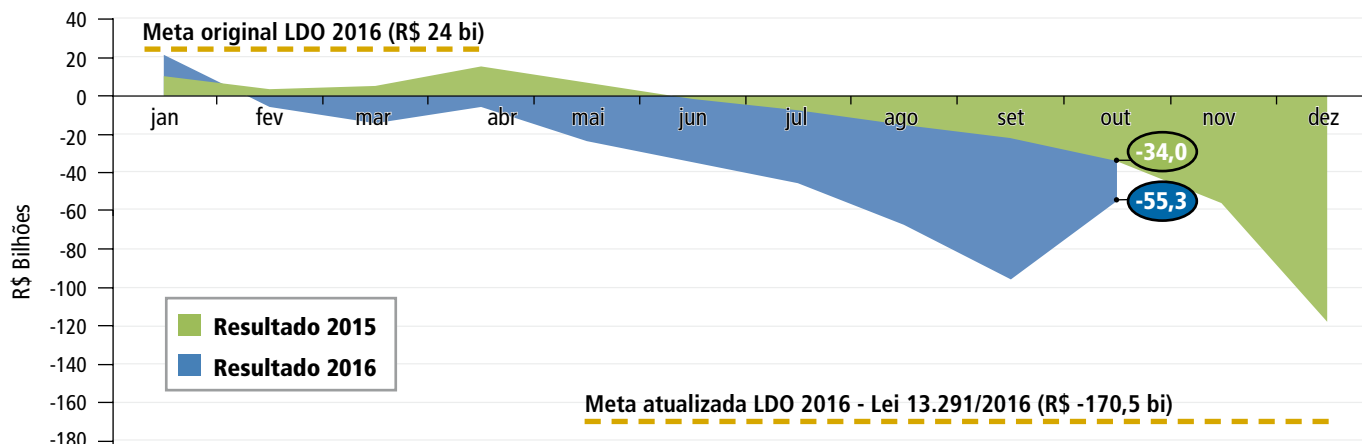
verno central de R\$ 159,5 bilhões em 2016 (0,3 bilhão a menos de déficit do que o projetado em outubro).

Ainda que compatíveis com a meta, elevados e recorrentes déficits fiscais podem comprometer o equilíbrio das contas públicas no longo prazo. Com o intuito de conter o crescimento do gasto público e recuperar a sustentabilidade do endividamento estatal, o governo enviou ao Congresso a PEC 241/2016 (PEC 55/2016 no SF), com a proposta de Novo Regime Fiscal (NRF). A partir de 2017, o limite para as despesas primárias de Poderes e órgãos autônomos da União equivaleria ao somatório das despesas primárias pagas em 2016 corrigido pela variação do IPCA deste mesmo ano. Para os anos seguintes, o limite seria o referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pelo IPCA também do exercício anterior.

Mesmo com a PEC 241/2016 já tendo sido aprovada na Câmara e em primeiro turno no Senado, o Projeto de LDO para 2017 (PLN 2/2016), na forma do texto aprovado em 24/8/2016, já prevê a limitação global de despesas primárias da União para 2017 nos termos gerais do NRF.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



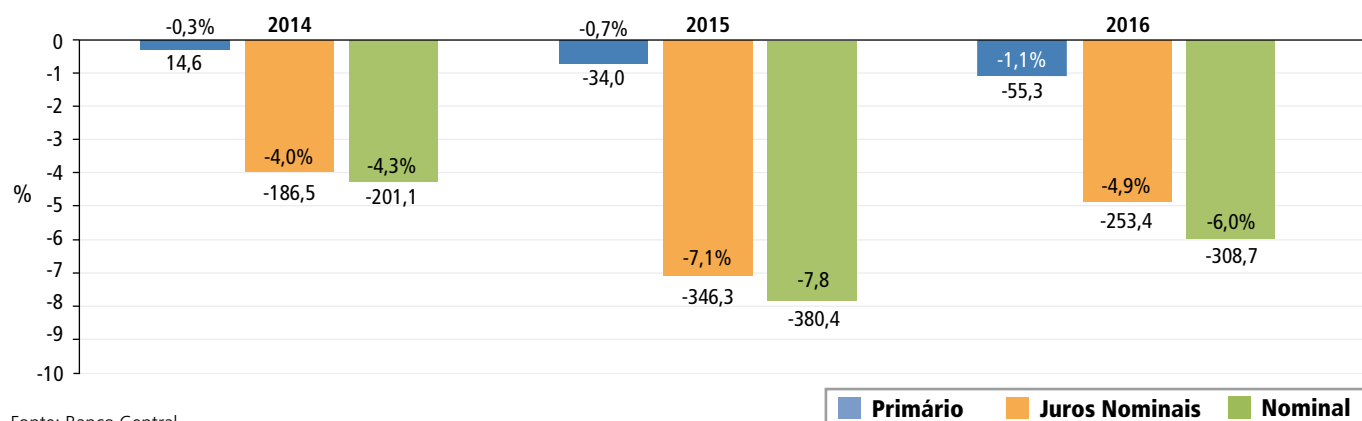
Fonte: Banco Central e Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 5º Bimestre de 2016 (em relação à projeção de resultado primário para 2016).

Em outubro de 2016, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais – apresentou superávit primário de R\$ 39,1 bilhões, contra déficit de R\$ 11,5 bilhões no mesmo mês de 2015. Até outubro, o governo central acumulou resultado deficitário de R\$ 55,3 bilhões (1,1% do PIB), contra déficit de R\$ 34,0 bilhões (0,7% do PIB) em 2015.

Vale reforçar, contudo, que a expectativa é de que o último bimestre do ano registre elevado déficit, aproximando-se da meta vigente na LDO 2016.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Out (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

O resultado nominal do governo central até outubro de 2016 foi deficitário em R\$ 308,7 bilhões (6,0% do PIB). Em 2015, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 380,4 bilhões (7,8% do PIB).

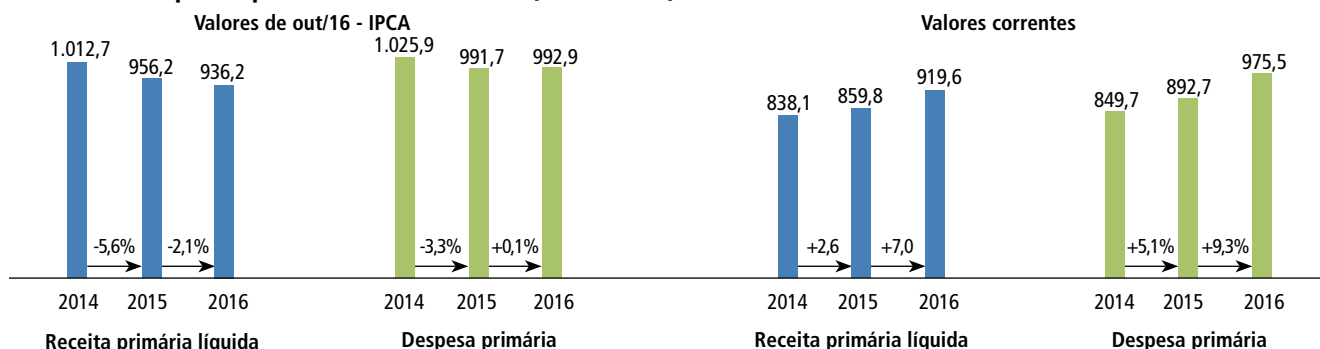
Essa melhora do resultado nominal é explicada pela redução dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 253,4 bilhões (4,9% do PIB) até outubro deste ano, contra R\$ 346,3 bilhões (7,1% do PIB) no mesmo período de 2015. A redução se deve, em grande medida, ao resulta-

do favorável de R\$ 70,7 bilhões nas operações de *swap* cambial até outubro de 2016.

Ainda assim, a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, tendo em vista o crescimento recente do estoque da dívida e o elevado nível das taxas de juros. O relatório de mercado Focus, de 25/11/2016, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 6,7% em 2016, acima, portanto, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Out (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 2,1% até outubro de 2016, frente ao mesmo período do ano anterior. A despesa primária, por sua vez, teve aumento real no mesmo período de 0,1%.

O principal componente da receita primária, constituído pelas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, tem sido fortemente impactado pela queda da atividade econômica e da massa salarial, tendo-se verificado uma queda real de 2,0% até outubro de 2016, comparativamente ao mesmo período de 2015. Os tributos que sofreram as maiores quedas no acumulado do ano foram: imposto de importação (-28,1%), IPI (-21,6%), IOF (-11,2%) e Cofins (-7,4%).

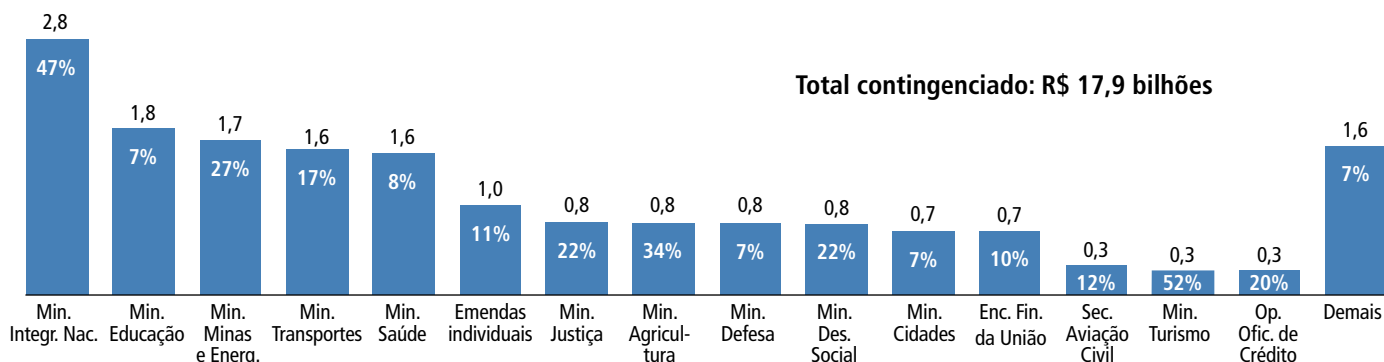
Esse desempenho negativo foi parcialmente compensado pelo aumento de R\$ 15,7 bilhões no recolhimento de receitas de concessões e permissões relativas a bônus de ou-

torga oriundo do leilão de 29 usinas hidrelétricas no final de 2015, bem como das receitas oriundas da repatriação de recursos não declarados ou declarados com omissão ou incorreção, remetidos ou mantidos no exterior, que somaram R\$ 45,1 bilhões apenas em outubro (entre imposto de renda e multas).

Pelo lado da despesa, algumas rubricas contribuíram fortemente para o resultado primário deficitário, com expressivas elevações reais até outubro deste ano, frente a igual período de 2015, são elas: benefícios previdenciários (6,5%); abono e seguro desemprego (10,4%); subsídios, subvenções e Proagro (16,3%). Por outro lado, compensaram parcialmente o crescimento da despesa primária as reduções reais observadas nas despesas discricionárias (-6,8%), com Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha (-26,0%) e na complementação da União ao FUNDEB (-16,0%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto nº 8.919/2016 e Siga Brasil. Obs.: O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 11% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,0 bilhões). Considerado este valor, o contingenciamento foi de R\$ 47 milhões (0,06%).

Findo o 5º bimestre, o Poder Executivo identificou a possibilidade de redução do contingenciamento de despesas discricionárias em R\$ 16,2 bilhões. A avaliação é resultado:

a) do aumento na estimativa de arrecadação de receitas primárias (líquidas de transferências aos demais entes), no valor de R\$ 17,9 bilhões; b) da redução nas projeções de

despesas obrigatórias, no valor de R\$ 2,1 bilhões; e c) da compensação, por parte da União, da perspectiva de descumprimento da meta de resultado primário dos entes subnacionais e empresas estatais, conforme autorização prevista no art. 2º, § 3º, da LDO 2016, no valor de R\$ 3,8 bilhões.

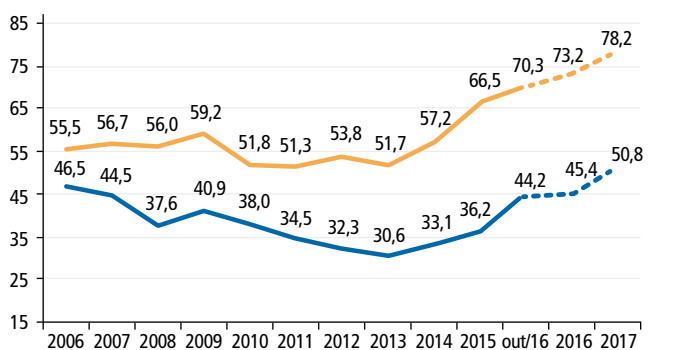
O aumento na estimativa de arrecadação se deve principalmente às receitas oriundas da repatriação de recursos, enquanto que a estimativa de despesas obrigatórias foi impactada pela redução na previsão de gastos com abono

e seguro-desemprego, bem como subsídios e subvenções, quando comparada com a avaliação do bimestre anterior.

Como se observa no gráfico, os ministérios mais atingidos pelo contingenciamento, em termos absolutos, são Integração Nacional, Educação, Minas e Energia, Transportes e Saúde. Proporcionalmente à dotação orçamentária do órgão, contudo, se destacam os Ministérios do Turismo, Integração Nacional e Agricultura.

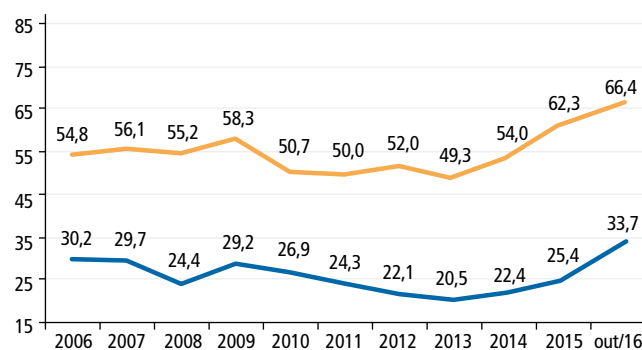
F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a out/2016



— Dívida bruta do governo geral¹ (DBGG) — Dívida líquida do setor público² (DLSP)
 - - - Projeção do Prisma Fiscal

Governo Federal - 2006 a out/2016



— Dívida bruta³ — Dívida líquida

Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal (projeções para a DBGG) e Relatório Focus (projeções para a DLSP). 1. A DBGG abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A DLSP abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei nº 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral cresceu 3,8 p.p. até outubro de 2016 (ante dezembro de 2015) e atingiu 70,3% do PIB (R\$ 4,3 trilhões). O acréscimo no período foi influenciado pela elevação da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional e das operações compromissadas do Banco Central, que corresponderam, respectivamente, a 47,1% e 17,7% do PIB, em outubro, frente a 44,7% e 15,5% do PIB em dezembro de 2015.

O crescimento recente do endividamento público é consequência da deterioração do resultado primário e da persistência do impacto dos juros no resultado nominal, ainda que, neste último caso, tenha havido melhora em relação ao período de janeiro a outubro de 2015.

A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrolar a dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de novembro, deve alcançar 73,2% do PIB ao final deste ano e 78,2% do PIB em 2017.

A dívida líquida do setor público também manteve trajetória ascendente no ano, com ritmo mais acentuado em relação ao período de 2013 a 2015, tendo atingido 44,2% do PIB (R\$ 2,7 trilhões). A ampliação de 8,0 p.p. até outubro de 2016 é explicada principalmente pelos efeitos dos juros nominais, da variação cambial no período (valorização do real frente ao dólar de 13%) e do resultado primário.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 4,1 p.p. até outubro e alcançou 66,4% do PIB (R\$ 4,1 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 8,3 p.p. no período e chegou a 33,7% do PIB (R\$ 2,1 trilhões). Dessa forma, mesmo com a recente alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (por força da Lei nº 13.291/2016), o montante da dívida líquida do governo federal já se encontra acima do previsto nessa lei para o final do exercício (R\$ 1,9 trilhão).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia, Arthur Falcão Freire Kronenberger, Daniel Veloso Couri, Ingo Antonio Luger, Júlia Alves Marinho Rodrigues, Maria Emília Miranda Purity, Paulo Roberto Simão Bijos

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | **Impressão:** Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal